



Sondagem de Mercado - Agendamento Nº 27

Data: 01/02/2023

Horário: 14 horas

Local: Reunião virtual

Assunto: Soluções para o mercado de carbono e demais ativos resultantes da utilização de Soluções Baseadas na Natureza (SbN)

Empresa Solicitante: Aliança Brasil NBS

Representante da empresa: Bruno Maciel

Participantes do Governo do Estado:

Nome	Órgão	Cargo
Felipe Salles	SEAMA	Gerente da GPAIE
Ramon Moreira de Paula	SEAMA	Assessor Especial

Ata da Reunião

A reunião teve início com os cumprimentos do Gerente de Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos, Felipe Salles, que apresentou o objetivo da reunião e as ações desenvolvidas pela SEAMA para os mercados de carbono e SbN. Salientou que as sugestões obtidas a partir da sondagem de mercado serão utilizadas para estruturar uma carteira de projetos com o intuito de desenvolver o mercado jurisdicional de créditos de carbono de alta integridade no Espírito Santo. Na sequência, o representante da Aliança Brasil NBS, Bruno Maciel, apresentou a associação que tem como finalidade promover e estimular uma agenda de combate ao desmatamento e a degradação ambiental por meio do fortalecimento das soluções baseadas na natureza e do mercado de créditos de carbono no Brasil. A instituição une atualmente 27 membros entre empresas desenvolvedoras de projetos, organizações não-governamentais e de integridade e, investidores de impacto que, juntos, são responsáveis por mais de 70% dos créditos brasileiros emitidos desde 2022, relativos a NBS e AFOLU (Agriculture, Forestry and Other Land Use). Durante a reunião, foram abordados temas como a necessidade de dar maior integridade ao mercado de carbono e também foi mencionada a necessidade de desenvolver programas jurisdicionais alinhados com projetos privados. Outro ponto de discussão foi o Art. 47 do PL 2148, no qual foi explicado que somente 50% dos créditos de áreas indígenas e de outras comunidades tradicionais seriam voltados aos proponentes. Essa informação levantou preocupações, destacando que tal



disposição poderia inviabilizar o desenvolvimento de projetos privados nessas áreas. A situação do mercado foi abordada, com a demora para aprovação e toda a incerteza quanto à regulamentação federal está contribuindo para a atual baixa no valor dos créditos negociados. A organização entende que o PL 2148 pode ser mais compatível com Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), destacando a remoção de carbono como um tipo de PSA. Durante a reunião, foi trazida à tona a atuação em integridade, boas práticas, comunicação e advocacy, focando nos estados, principalmente na região da Amazônia. Foi sugerida a criação de programas jurisdicionais que não conflitem com projetos privados, que tenham convergência com o PL 2148 e que atendam às especificidades locais. Também foi abordada a postura de retração no mercado, aguardando a aprovação PL, considerando o momento de incerteza. A reunião foi encerrada com agradecimentos a todos os participantes, reiterando o compromisso da SEAMA em fornecer informações adicionais sobre as iniciativas relacionadas ao projeto em questão.